



## ÉTICA DO PORVIR E MÁ-FÉ: DEUS E O MAL NA *TERRA SEM MALES*

*Éthique du porvir et mauvaise foi : dieu et le mal sur la Terre sans le mal*

Luciano Donizetti da Silva  
UFJF

**Resumo:** A filosofia de Sartre mostra que ser homem é ser liberdade: ele é criador e responsável pela manutenção de seu mundo. O Existencialismo é ateu e, sem Deus, o homem sartriano não dispõe de desculpas ou entraves; mas se é assim, por que *nós mesmos fazemos a história* se não nos reconhecemos nela? Em seus *Cadernos para uma moral* o filósofo apresenta algumas pistas desse engodo, e mostra que boa parte das mazelas sociais advém exatamente do processo de socialização, pelo qual a liberdade individual é usurpada; é assim que, parece, em nome de *todos alguns* poucos, bem poucos, fazem a história, provocando a sensação de determinação generalizada. É disso que se trata esse artigo.

**Palavras-chave:** Sartre, ética, liberdade.

Résumé : La philosophie de Sartre montre qu'être un homme c'est être la liberté : il est créateur et responsable de son monde. L'existentialisme est athée et, sans Dieu, l'homme n'a pas d'excuses ni d'obstacles ; ainsi, pourquoi faisons-nous l'histoire nous-mêmes si nous ne nous y reconnaissons pas? Dans ses *Carnets pour une morale*, le philosophe présente quelques indices de cette tromperie, et montre qu'une grande partie des maux sociaux proviennent exactement du processus de socialisation, par lequel la liberté individuelle est usurpée; c'est ainsi, semble-t-il, au nom de très peu quelques-uns, que l'histoire est faite, en provoquant le sentiment d'une détermination généralisée. C'est de cela qu'il s'agit cet article.

**Mots-clés:** Sartre, éthique, liberté.

### Deus sou eu, todos e ninguém

“O homem é mesmo insensato. Não conseguiria forjar um caruncho e forja deuses às dúzias”  
Montaigne<sup>1</sup>

A filosofia de Sartre visa realizar o *impossível* Reino da liberdade que, porque inalcançável, justifica-se por sua procura: a cada tempo, a cada época, todos e cada um dos homens e mulheres têm a seu dispor a *ética do porvir*; ou seja, a filosofia da liberdade convida à emancipação humana, aquela que nasce da proposição de um *futuro* a ser realizado com atitudes que serão tomadas *agora*. De fato, o futuro do homem será aquilo que *ele* fizer; mas quem seria esse *ele* a fazer seu futuro senão nós mesmos, eu que escrevo e você que lê? A suprema má-fé social está justamente em depositar a responsabilidade

<sup>1</sup> MONTAIGNE, M. de. *Os ensaios* - Livro II. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 296.

por aquilo que se é noutro lugar; mas transferir a responsabilidade pelos próprios atos a uma estrutura qualquer, seja a Lei, Natureza ou Deus ainda não é tudo: a entronização do indivíduo na sociedade faz mais, faz com que ele acredite que o *segredo* daquilo que ele é pertence ao *outro*. É inegável, e a ontologia fenomenológica o mostra, que existem parcelas do ser-para-si que somente podem ser conhecidas *por outros* (minhas costas); evidente que, apesar de todos os espelhos que possam existir, o homem jamais poderá sair de si para reconhecer-se *de fora*: talvez por isso não possa ser ele seu próprio cirurgião. Mas em sociedade essa estrutura imediata do para-si é utilizada para outros fins, como, por exemplo, para *determinar quem chefia*: “aparecem a hierarquia e os chefes. (...) O chefe *me compreende melhor que eu mesmo*”<sup>2</sup> e, assim, *controlar* aqueles que são chefiados. Sartre utiliza como exemplo as relações sociais que se estabelecem em um partido político, mas poderia ser em qualquer outra estrutura social; tanto o partido quanto o exército, mosteiro ou qualquer outra instituição, têm sua hierarquia. E, como tal, há sempre alguém no comando. Mas quando se chega no mais alto grau dessa estrutura, *o que se encontra?* Deus? Parece que não. A resposta mais sensata, e única, é que serão encontrados *homens e mulheres*. No caso da peça de teatro *Les mains sales*, por exemplo, Sartre mostra que é o *partido* quem decide;<sup>3</sup> essa *escolha alheada*, porém, perde-se na multiplicidade de indivíduos que compõem *tal partido*: a noção de *chefe, líder, diretor* ou *guru* encarna a inversão entre *existência* e *essência*, fazendo com que o homem acredite ser *portador de uma essência* que seu chefe ou líder religioso lhe revela. Se, conforme o princípio existencialista, o homem *primeiro existe*, é no mundo, e só então *projeta* sua essência, “No chefe a essência precede a existência e a subjetividade absoluta é rigorosamente idêntica à absoluta objetividade. Ele é o fim e ele está a *serviço* do fim”<sup>4</sup>, o que lhe confere um papel paradoxal: “O chefe não é Deus, pois Deus é uma liberdade que se dá ser. O chefe é um Deus invertido: é o ser puro, se manifestando como liberdade”<sup>5</sup>. A fonte primeira da violência se apresenta, por parte dos membros de um partido, *como a cessão da liberdade em favor do chefe*, o que faz *dele* aquele que fará uso *efetivo* dessa liberdade. Ora, Sartre mostrou em *O Ser e o Nada* (EN) que ser-para-si é estar destituído de essência, donde cada homem deverá, desde o despertar de sua consciência, projetar, eleger-se no mundo, *fazer-se*; mas ele *se faz* negando o ser.<sup>6</sup>

Porque é *negação*, de si e do Ser, o homem assume a contingência *de ser*, exatamente o processo inverso do chefe: o partido define e exige a *realização* da essência prévia de *militante*, ainda que o homem *livre* esteja *consciente* que ela lhe chega de fora. Não saber de si por medo da violência é, também, alienação que se escolhe; mas a alienação primeira é a do próprio chefe que, como *deus reverso*, admite uma essência estranha a *seu ser mesmo*: a liberdade *que é*. E isso é somente o começo do processo, afinal, não se pode esquecer, no partido o chefe ocupará a posição de Deus: *ele* decifra a essência, determina *meu* interesse e o interesse *do grupo*; é *de fora* que o chefe *me concebe*. Ele é em seu lugar de poder puro olhar que, como aquele de Deus, *transpassa* seus subordinados, dissolve os acidentes (subjetividade) e *vai ao essencial*. Ser homem é, assim, *estar* perpetuamente sob o olhar do outro: “*eu vivo sob o olhar*”<sup>7</sup>. A liberdade, modo originário de ser-para-si, esvai-se e resta um centro de opacidade que é o homem *olhado*, determinado no mais profundo de seu ser pelos *desígnios partidários* (ou quaisquer outros). E, não por acaso, vem a calhar o exemplo de um *partido político* dos anos cinquenta do século passado: cada passo de seus membros era mantido sob estreita vigilância; e, mais uma vez, o outro – esse *grande Outro* encarnado pelo chefe – espalha-se pelo olhar dos *partidários*, dos camaradas membros do partido que estão sempre vigilantes, sempre *atentos ao que o outro faz*. É assim que o chefe, *deus encarnado*, alcança cada um dos indivíduos nos recônditos mais

<sup>2</sup> SARTRE, J-P. *Cahiers pour une morale*. Paris: Gallimard, 1983, p. 214 (doravante apenas *Cahiers*, traduções minhas de todos os trechos citados dessa obra).

<sup>3</sup> SARTRE, J-P. *Les mains sales*. Paris: Folio, 2004.

<sup>4</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 214.

<sup>5</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 214.

<sup>6</sup> Ver SARTRE, J-P. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Nagel, 1970.

<sup>7</sup> SARTRE, *Cahiers*, pp. 214-5.

inacessíveis: o olhar do chefe se *espalha* no olhar de cada membro do partido, ele tudo sabe, tudo controla. O partido é um exemplo privilegiado, mas pode-se generalizar o mecanismo de alienação da liberdade para todos os processos de socialização. Na escola, por exemplo, o diretor *tudo vê* pelos olhos de orientadores educacionais, professores e *alunos*. A assunção de que há um olhar que tudo vê, *olhar divino*, repete-se ao longo da estrutura social, e represa a porção da liberdade considerada *negativa* desde sua fonte. Não é por acaso que a oração, *dirigida a Deus ou ao homem*, invoca o *olhar*: “Meu Deus, vós que vês meu sofrimento...” ‘Aquiles, olhe-me, eu sou Príamo, etc.’ O ser ao qual se endereça é o olhar olhante. E esse olhar *me olha*.<sup>8</sup> Olhar que *vê*, e expressa-se como liberdade pura, fora de *meu controle* e que, no entanto, *alcança-me* no fundo de meu ser; a relação da liberdade, quando desprovida de sua função libertária, repete a violência de petrificar o para-si *em em-si*, como se passa em *Entre quatro paredes*.<sup>9</sup> Aos olhos de Deus (ou do homem) ao qual recorro não sou mais que *meio* pelo qual será feita *sua vontade*, seja no partido ou em com os *irmãos de armas*; ou seria mais fácil dizer que, aos olhos *da superestrutura*, cada homem e mulher não é mais que seu *meio* de realização?

Jesus, o *cristo*, quando interpelado por seus seguidores a ensiná-los a rezar, teria dito *Pai nosso*, que “seja feita a tua vontade assim na terra como no céu”,<sup>10</sup> mas qual seria essa vontade? Qual seria a oração do cristão que, no final do terceiro e início do quarto século da era cristã, era obrigado a entrar na arena para ser devorado por feras selvagens? *Que seja feita a tua vontade*, Diocleciano, afinal a perseguição à então seita iniciática não se deveu a uma ação divina, mas à vontade de *um homem*; seria diferente para quem morreu trucidado por dentes se fosse um *Triunvirato* ou, mesmo, o *Senado*? Ocorre que a aceitação daquilo expresso na oração faz daquele que sofre *responsável* por sua dor: o algoz se realiza *in concreto* nas feras, animais famintos ali levados também com violência (eles não são *maus*); a decisão, por sua vez, coube ao Imperador. Mas na base da aceitação do martírio está Deus, Aquele que se regozijou com a crucificação de seu filho e, nos séculos seguintes, vai se faltar com a *morte violenta* de milhares de pessoas, depois chamadas *santas*, em *Seu nome*.<sup>11</sup> Esse Deus, a potência infinita, realiza-se na total impotência *assumida* pelo cristão que docilmente, ao som de preces e louvores, *aceita seu destino*; o poder infinito de Deus se faz pela cessão da liberdade desses homens e mulheres *fiéis*.

Esse mesmo fato poderia, porém, ser narrado sob outra estrutura: no lugar desse Deus incompreensível, que se realiza na dor de seu filho e de seu séquito, coloque-se o *Outro*. Não o mero soldado romano, nem mesmo o Imperador, mas o *grande outro* em função do qual cada um desses homens e mulheres que morreram e *mataram* cedeu sua liberdade. Sim, somente um ato livre explica aceitar *cantando* a morte dolorosa em uma arena: aqueles que morrem realizam a pura liberdade *desse outro*, que no limite se levanta como expressão do *Bem*, o Deus *veraz*, e tudo o que Ele faz é bom, não se pode esquecer. Ser trucidado numa arena torna-se *um bem* em razão da relação original da *liberdade negada em sociedade* em virtude de uma liberdade absoluta; “Mais exatamente, a liberdade suplicada não é, como o Deus de Leibniz, submetida ao Bem (...) mas como

<sup>8</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 225.

<sup>9</sup> Ver SARTRE, J-P. *Huis clos*. Paris: Gallimard, 1947.

<sup>10</sup> BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulinas, 1993, Mt 6:10.

<sup>11</sup> Por exemplo, “o pescador Simão, a quem chamas Pedro, será como tu, crucificado, mas de cabeça para baixo, crucificado também há de ser André, numa cruz em forma de X, ao filho de Zebedeu, aquele que chamam Tiago, degolá-lo-ão (...) Filipe amarrado à cruz e apedrejado até se lhe acabar a vida, um Bartolomeu que será esfolado vivo, um Tomé que matarão à lançada, (...) outro Simão serrado ao meio, um Judas a golpe de maça, outro Tiago lapidado, um Matias degolado com achado-de-armas, (...) E depois, meu filho, já to disse, será uma história interminável de ferro e de sangue, de fogo e de cinzas, um mar infinito de sofrimentos e de lágrimas (...) por ordem alfabética, para evitar melindres de precedências, Adalberto de Praga, morto com um espontão de sete pontas, Adriano, morto a martelada sobre a bigorna, Afra de Ausburgo, morta na fogueira, Agapito de Preneste, morto na fogueira, pendurado pelos pés, Agrícola de Bolonha, morto crucificado e espetado por cravos, Águeda de Sicília, morta com os seios cortados...” SARAMAGO, J. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 318-9.

aquela do Deus de Descartes, constituinte do Bem<sup>12</sup>. A ação humana, travestida de vontade divina, faz perecer o homem para que o Bem subsista; a questão que resta a ser investigada é justamente sobre o caráter disso que se pode nomear *Bem*. O modelo teísta é o que expressa com maior precisão a negação da liberdade humana, individual, negativa, fonte de todo o bem e de todo o mal, em função de uma liberdade *infinita* que incorporaria a ordem universal e o sentido e razão de todo o existente; o *Bem*, enfim.

É por um processo de sublimação, hoje evidente, que o cristão aceitou submeter-se à liberdade dos romanos às custas de *sua própria liberdade* (e existência); mas não é tão evidente quando se pergunta, hoje, pela força que exerce o Estado, ou a *Justiça*, por exemplo.

Se a vontade de Deus é de me submeter a uma prova ou simplesmente de fazer eclodir a guerra civil no país onde estou, pela guerra e por esse teste, ambos se tornam para mim o Bem. Na medida em que eu tenho horror à prova (doença mortal de meu único filho) eu sou contra o Bem, eu arrisco perturbar a ordem universal. Então, desde a origem eu aceitei a hierarquia das liberdades: os fins de minha própria liberdade são secundários e não essenciais; eles não podem estabelecer a ordem do mundo. Minha liberdade pode apenas aceitar essa ordem, contribuir com sua manutenção pela submissão à liberdade principal ou perturbá-la passageiramente.<sup>13</sup>

A crença em Deus, que faz do homem sua *criatura* (apenas Jesus seria seu *filho*), coopta a liberdade em sua origem; *pedir* algo a Deus é submeter-se, de antemão, à *Sua* vontade. Do mesmo modo, ser cidadão é admitir uma ordem pré-estabelecida que não cabe apenas ser respeitada, mas *defendida* e *propagada*. A liberdade é, assim, liberdade de reconhecer a *vontade do Soberano*, assentimento e aceitação; na contrapartida, toda e qualquer *rebelião* (ou proposta de mudança) é *má*, tanto no *plano social* como nas *organizações religiosas*, e em todo lugar.

A ideia de Deus solapa, em princípio, a parte *construtiva* da liberdade. É por isso que pouco importa *orar*: Ele, *que estruturou as bases do universo sobre o abismo*, sabe antes que eu peça o que se vai pedir; e sabe mais, sabe o *futuro*. É daí que Ele pode acatar ou negar o pedido de um pai pela vida de seu filho, conforme o exemplo explorado por Sartre.<sup>14</sup> Para além da oração, esse pai poderia falar com o *soberano*, alguém que de fato pode lhe dar ouvidos e, quiçá, mudar o destino de seu filho: mas a decisão do rei repetirá o desígnio *divino*, e coincidirá com ele, afinal, o rei foi escolhido por Deus que é bom; “se o Bem é isso que Deus quer, basta que ele queira um determinado resultado para que esse resultado se torne o Bem e aquilo que ele não quis torne-se o Nada ou o Mal”.<sup>15</sup> A *vontade divina* será, ao longo da história, a *vontade soberana* do Papa, do Rei e, mais recentemente, da *maioria* dos homens: a democracia.<sup>16</sup> Ainda é cedo para analisar as sociedades

<sup>12</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 226.

<sup>13</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 226.

<sup>14</sup> O *censo demográfico brasileiro* (IBGE) mostra que pouco mais de doze milhões de pessoas (de um universo de cento e setenta milhões *entrevistadas*) se declararam *sem religião*; há uma parcela pequena que se declara *algo diferente*, mas a maioria esmagadora das pessoas se declara *cristã* (das quais 125.000.000 são *católicas romanas*). Isso, por si só, justifica iniciar um artigo sobre ética *falando* de Deus. IBGE. *Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jul. 2019.

<sup>15</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 230.

<sup>16</sup> O modelo democrático não é uma exceção. Sartre reconhece a *democracia* como o modelo *histórico* mais bem-sucedido, mas nem por isso pode-se pensar que *haja liberdade* sob o sistema *democrático*. “a *democracia* é uma *mistificação*”, dirá o filósofo que, assim como *jamais se filiou* ao PC, também *jamais votou* nas eleições democráticas francesas. Afinal, “O sufrágio universal é uma instituição e, enquanto tal, um coletivo que atomiza e serializa os homens concretos e se endereça a eles como entidades abstratas, o cidadão, definido por um conjunto de direitos políticos, isto é, por sua relação com o Estado e suas instituições” (SARTRE, J-P. *On a raison de se révolter*. Paris: Gallimard, 1974, p. 257). Sartre vê na democracia a *abstração* da liberdade concreta e, ainda que *haja sustentação popular*, serve mais para *justificar instituições* que para *ouvir* o cidadão (cada homem, em suas *livres demandas*); é por isso que, conclui Sartre, “Eu não concebo a democracia senão direta: as assembleias



contemporâneas, mas é evidente que o *modus operandi* se repete: conforme será descrito em sua *Critique de la raison dialectique* (CRD), a sociedade se constitui pela *junção* de liberdades que, numa espécie de *contrato*, erige aquilo que se pode chamar grosseiramente de Estado.

Voltando a Deus e ao Rei, nota-se que a liberdade negada em cada indivíduo, tanto o súdito quanto o fiel (em geral os dois ao mesmo tempo), é absolutamente afirmada nas instâncias que os oprimem; mas essa opressão não poderia ser vivida como *vinda de fora* pois, a rigor, ela não lhes acomete *do exterior*, mas *em sua intimidade*. Assim, “Essa doença de meu filho (...) não é a ação inconsciente e totalmente indiferente de micróbios, é a provação querida por Deus. Essa justiça que me condena à morte não é a aplicação sistemática e rigorosa de um código já estabelecido (...), é a vontade do Rei”.<sup>17</sup> Deus encarna o Bem, donde se possa determinar o Mal; o soberano, por sua vez, encarna o Estado que *substitui* Deus, donde sua legitimidade. Assim, como admitir que se possa combater o *mal humano* (no homem) senão pela *negação* da liberdade? Por exemplo, há um código que pune com a morte o crime de lesa majestade; determinado súdito o conhece e, mesmo assim, arquiteta uma revolução *que fracassa*. A condenação sumária à morte será a *justiça* e, sem ela, toda a estrutura que sustenta o Rei estaria em risco. Assim, de onde poderia vir a ideia de pedido de clemência senão da *negação da liberdade que o homem é* (negada anteriormente, quando da submissão ao Rei, que é de onde brota o *projeto* da revolta)? Aquele que adora Jesus (cristãos) num império em que o imperador é Deus, *livremente* escolhe sua morte na arena, ainda mais se os princípios de sua ação forem o amor e o perdão *contra* as espadas e os animais selvagens do circo romano; a liberdade originária do algoz *será o fim* da liberdade daquele que se submete. Outro tanto se passará com o insurgente que, em caso de sucesso, vai *autoproclamar-se* rei: ele afirmará sua liberdade negando-a (é rei). Ou, a liberdade “aparece para que reapareçam com ela o Bem e o Mal no Mundo. Como eu sou impotente, esse Bem e esse Mal são absolutos: em relação a eles eu sou somente meio”.<sup>18</sup> O insurgente, por ter igualado *sua* liberdade *àquela* do soberano, *pelo simples ato de se fazer livre*, merecerá a morte; o paradoxal dessa liberdade originária na sua *realização* mundano concreta está na origem do fracasso de todas a revoluções: as sucessivas fases da Revolução Francesa, por exemplo, expressam justamente esse movimento de afirmação da liberdade *pela* negação da mesma liberdade.<sup>19</sup>

Assim, o fracasso seria desde sempre o destino de ser-no-mundo. De fato: em sociedade, uma vez que ela foi instituída *pela apropriação das liberdades*, não parece haver saída; mas, e se ao invés *excluir a parcela negativa* (nada) da liberdade, ela se *assumisse livre*? Noutras palavras, e se a *oração* (tola tentativa de mudar, com palavras, a contingência do ser) for colocada entre parênteses, e se o homem *deixar Deus em seu Reino*, e voltar-se para si mesmo? A liberdade “apareceria (...) organizando o mundo, ela é símbolo de Deus porque, sendo passiva, ela não apareceria engajada na situação. Enfim, o resultado da oração suprimiria a oração”.<sup>20</sup> Noutros termos, e se o homem assumir seu destino em suas mãos? Não no sentido de querer controlar o transcendente, seja por que meios forem, mas, ao contrário, assumi-lo *livremente* como até agora se fez com os valores religiosos e, mesmo, com a mera aceitação das estruturas sociais? Não se sabe, não há como saber. Se tal experiência teve lugar sobre a face da terra, isso se deu nalgum *tempo imemorial*; ou seria mais adequado parar com credices e *buscá-la no futuro* (ética do porvir)? A liberdade do homem é igual *àquela* que *ele* atribui a Deus; o ser-para-si é falta, e almeja realizar-se fundamentando seu nada de ser a partir do modelo de ser-em-si

votam com a mão levantada e delegam a um de seus membros poderes estritamente limitados. (...) Não é necessário entrar no esquema. Votar, qualquer que seja o *comunicado* (bulletin), é votar e, pelo voto, já aceitar as instituições” (*On a raison de se révolter*, p. 258).

<sup>17</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 237.

<sup>18</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 237.

<sup>19</sup> MARX, K. *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>20</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 246.

enquanto permanece para-si.<sup>21</sup> Na ontologia fenomenológica o irrealizável *ser-em-si-para-si* ilustra com maestria tudo aquilo que tanto a religião quanto a filosofia imaginaram a respeito de Deus.

A maneira pela qual a metafísica cartesiana descreve Deus não é mais que, a um dado momento, a sublimação da liberdade humana em um *ser transcendente*. Ora, “Existe uma confiança na liberdade do homem que a coloca como se fosse a liberdade de Deus, isto é, a liberdade criadora absoluta”.<sup>22</sup> Mesmo nos momentos mais profundos dos *delírios idealistas*, seja pela afirmação da consciência como o absoluto, seja pela vã tentativa da absoluta *redução* do mundo, sempre *resta algo*: o alvo almejado por mais de vinte séculos, a *dicção absoluta*, nunca foi muito além de um *sonho humano*, afinal, o homem *cria o mundo* ao mesmo tempo em que inventa um *criador* do mundo; mas diferentemente de Deus, que cria o mundo *a partir do nada*, o homem faz mundo *pela negação do Ser*. O homem hipostasia em Deus sua liberdade e recebe d’Ele a justificação do exercício de poder: uma relação tão óbvia e direta que *soa simplória* num texto de filosofia, a ponto de exigir desde a antiguidade páginas e mais páginas escritas pelos mais respeitáveis filósofos no intuito de *escondê-la*.

Ser é contingente, eis tudo; e ao assumir esse princípio, o mais básico, Sartre inicia uma trajetória que vai na contramão de toda a corrente filosófica *metafísica*. Ocorre que assumir a contingência é o mesmo que destituir *Deus* de seu trono, seja ele de matriz religiosa (filosofia medieval), seja o *Deus natureza* da modernidade e das ciências ou, ainda, o *Deus assoberbado* da Ideologia e do Estado, que marca o final da filosofia moderna e a contemporaneidade. E, sem Deus (mesmo que seja *mera ideia*), como fundar o *dever-ser*?

A moral do dever é a passagem ao estado metafísico da moral teológica: ao passo que a alma da coisa se torna virtude, a ordem do soberano se torna dever. Originariamente tem-se deveres precisos com seu soberano e com Deus. Os deveres são definidos pela vontade do soberano e pelos mandamentos de Deus. (...) Essas ordens são *pessoais* e a sociedade assim constituída é uma sociedade fundada em relações hierárquicas de pessoa a pessoa: é o *feudalismo*.<sup>23</sup>

A encarnação do poder, ou a *junção de liberdades* na figura do soberano que fala *em nome e em acordo com Deus*, prenuncia nosso tempo, de liberdades absolutas e absolutamente impotentes, conforme pode-se ler na *Crítica da Razão Dialética*: “A inteligibilidade do grupo em fusão repousa, portanto, no conjunto complexo de uma designação negativa de sua comunidade reatualizada na negação dessa negação, ou seja, na livre constituição da *práxis individual em práxis comum*”.<sup>24</sup>

Desse modo, num panorama mundano concreto do século XVI, a existência do escravo é *justa*, afinal todos são, nalguma medida, *destituídos* de liberdade; sempre, *uns mais iguais do que outros*.<sup>25</sup> Espanta que até nos dias de hoje existam países com *seus reis*

<sup>21</sup> “Ninguém antes de Descartes tinha colocado acento sobre a ligação do livre arbítrio e a negatividade; ninguém tinha mostrado que a liberdade não vem ao homem enquanto ele é, como um plenum de existência entre outros plenos num mundo sem lacuna, mas enquanto ele não é, ao contrário, enquanto ele é finito, limitado. Somente essa liberdade não poderia de modo algum ser a criadora, pois ela não é nada”. SARTRE, J-P. *La Liberté Cartésienne*. Situations I. Paris: Gallimard, 1947, p. 326.

<sup>22</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 249.

<sup>23</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 279.

<sup>24</sup> SARTRE, JP. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960 (cito aqui a tradução de Guilherme J. de F. Teixeira, na edição da DP&A, Rio de Janeiro, 2002, p. 501).

<sup>25</sup> A escravidão, não se pode esquecer, foi *justificada pela Igreja Católica* a bula papal *Dum Diversas* (1452) emitida por Nicolau V autorizava os portugueses a *conquistar territórios não cristianizados*. Chama a atenção o fato que o que *faz o homem* é ter sido *batizado* e, em hipótese alguma isso tem que ver com ele ser uma *criatura divina* e, por si mesmo, emitir o sinal de sua dignidade por *ter saído das mãos de Deus*; desse ponto de vista, apenas *cristãos* (batizados) são homens. Mas a *bula* dizia mais: permitiu a escravização *perpétua* dos sarracenos e de todos os pagãos (indígenas, é claro) que fossem capturados. O comércio de homens africanos como *escravos* tem, assim, seu início. MAXWELL, J. F. *The Catholic Church and Slavery*. London: Barry-Rose, 1975, livro que, *curiosamente*, apresenta o *Imprimatur* concedido por um Arcebispo.

e *rainhas*, mas o fato é que se numa escala crescente de liberdade o escravo está em sua base, o rei está no seu ponto mais alto; mas é *Deus* quem dará a última palavra. “Deus é mestre nisso que o homem tira sua existência plena como valor, e como ser de funções positivas o homem complementa a ordem estabelecida pela divindade. O mal é sua face de sombra, isto é, *nada*, é irresponsabilidade”.<sup>26</sup> O mal é o homem *não homem*, aquele que nega sua humanidade *enquanto* função social: a rebelião, a recusa à servidão ou a fuga são *injustas*. Não é muito mais que um detalhe o fato de que a vontade do rei coincida com os desígnios divinos e que, na outra ponta dessa estrutura, caiba ao homem negro ou indígena somente obedecer, afinal a *liberdade de fato* ficou, *toda ela*, para Deus (*esse deus*, o rei ou chefe); e mais uma vez a filosofia se esforça por apagar os rastros da parcela negativa da liberdade: Deus é bom, e o mal é *ausência de Deus* ou, no máximo, é devida à *desobediência humana*. O escravo que desobedece ao senhor ou o trabalhador que questiona seu patrão cometem uma injustiça, não contra o capitalista ou o senhor de escravos, mas *contra Deus*.

É Deus que, sem existir, faz da violência sofrida como a tortura impingida aos escravos negros no Brasil (violência essa que, *legalmente*, nem mesmo poderia ser considerada *crime*) algo *bom*; o *Mal* está em *questionar a ordem escravocrata*, e os *abolicionistas* do Brasil eram, por exemplo, *foras-da-lei*; o herói da *liberdade no Brasil*, Tiradentes, desse ponto de vista era *um bandido*.<sup>27</sup> “É querendo-se sub-homem que ele será homem. (...) O escravo vai reunir-se ao mestre pois eles são ‘iguais na diferença’. Se o objetivo é servir aos valores humanos, cada um os serve em seu lugar e cada um serve o melhor que pode naquilo que lhe concerne”.<sup>28</sup> Assim a justiça será feita, e cada um será tão mais livre quanto mais tiver cumprido seu desígnio; nesse panorama quem, senão *Deus*, ao *dar à criança seu sopro de vida* teria determinado as funções do senhor e do escravo? É a *sorte* da criança negra que decide seu futuro: nascer *alguns dias* antes da entrada em vigor da *Lei do Ventre Livre* se deve, unicamente, ao transcendente: Deus *decide*, ainda que tenham sido homens que a tenham criado e *escolhido a data* de sua entrada em vigor. O justo será *essa criança negra*, por uma decisão divina, ser *escrava*; a ordem econômica escravocrata não é responsável. Menos ainda a ação do feitor, do *coronel* ou senhor de escravos e, ainda menos, da permissividade da Coroa Portuguesa ou do Papa, em Roma.

Aceitar, resignar-se ou submeter-se são atitudes e enquanto tais, são escolhas; e não há como negar que, mesmo a resignação à condição de escravo tem como alvo fonte a *liberdade*: é o *escravo* que não se rebela, que não luta capoeira, que não foge e vai construir seus *Palmares*. Uma liberdade abstrata, é certo, mas ainda assim liberdade: “A essencialidade do escravo aparece sob a ruína de seu *si*. (...) Ou bem ela é pura abstração vazia e pura noção de liberdade ou ela encontra sua carne na exigência ou defesa concreta instaladas no escravo pelo mestre”.<sup>29</sup> Sem meias palavras, o escravo *assume* sua situação como modo de realização de seu ser; e essa assunção, que é puramente subjetiva e formal,

<sup>26</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 405.

<sup>27</sup> Do ponto de vista da *liberdade*, a Inconfidência mineira significou a reação de um *grupo de liberdades* (vinte e nove homens) que, *exploradores da liberdade alheia* (eram *proprietários*, de escravos inclusive), exigiram que sua *liberdade* – num sistema de *exploração de liberdades da qual eles faziam parte* – fosse respeitada pelo *Outro*, nesse caso a Coroa Portuguesa. Todos *admitiam* a exploração da liberdade, e, como tal, *sujeitaram a sua* a desapropriações, pesadas multas, prisão ou degredo. Mas dentre eles havia um que *não era exatamente um proprietário*: o alferes merecerá condenação exemplar. O “réu Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha o Tiradentes, alferes que foi da tropa paga da Capitania de Minas, a que, com barão e pregão, seja conduzido pelas ruas públicas ao lugar da forca, e nela morra morte natural para sempre, e que depois de morto lhe seja cortada a cabeça e levada a Vila Rica, onde no lugar mais público será pregada em um poste alto, até que o tempo a consuma, e o seu corpo será dividido em quatro quartos, e pregados em postes, pelo caminho de Minas, no sítio da Varginha e das Cebolas, onde o réu teve a suas infames práticas e os mais nos sítios de maiores povoação, até que o tempo também os conota, declaro o réu infame, e seus filhos e netos tendo-os, e os seus bens aplicam para o Fisco e Câmara Real, e a casa em que vivia em Vila Rica será arrasada e salgada, para que nunca mais no chão se edifique, e não sendo própria será avaliada e paga ao seu dono pelos bens confiscados, e no mesmo chão se levantará um padrão pelo qual se conserve em memória a infâmia deste abominável réu” (SENTENÇA. 1792. Disponível em: <<http://www.grupoinconfidencia.org.br/>>. Acesso em: 20 jul 2021).

<sup>28</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 409.

<sup>29</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 410.



faz-se objetivamente pela submissão às ordens do senhor. A existência apresenta o paradoxal de comportar uma ordem na qual o sofrimento de parte dos homens está previsto, é esperado, pode-se dizer e, ao mesmo tempo, essa ordem se justifica em virtude do bem-estar *futuro* desses mesmos homens (o *Paraíso*, o *Céu*). O escravo, privado de sua liberdade e obrigado a tarefas degradantes, sofre; o senhor, que tem a *preocupação* de manter em ordem o trabalho de seus escravos e teme ser degolado enquanto dorme, *sofre também*. Ao invés da moral, que viria *de fora*, cria-se a moral do escravo, *internalizada* como liberdade *subjéctiva* (*imaginária*, por certo), e essa *moral da resignação* apresenta-se como fruto de um *contrato*, a sua face mais sombria. A afirmação do *humano* no senhor, homem livre, a partir do *inumano* no escravo, torna a liberdade impossível; fundada no fracasso repetido das tentativas de fuga ou de sublevação, a *ideia mesma* da liberdade transmuta-se, e o *homem livre* torna-se aquele que *impede a liberdade*. Nem o senhor nem o escravo serão livres, mostra Sartre; a liberdade passa, dessa feita, a figurar noutra plano, aquele do pós-morte. E não se trata, como sublinhará Sartre, do mero *absurdo*, conforme pretendeu Camus,<sup>30</sup> mas de uma elaborada trama que tem, no limite, a repetição do paradoxal da condição humana: “A via é aberta para a doutrina cristã do mundo criado por Deus para o homem e, ao mesmo tempo, vale de lágrimas e estadia de provas. (...): a existência de direito do homem-fracasso torna-se existência de fato noutra mundo”.<sup>31</sup> Não por acaso Sartre critica a posição da *revolta camusiana*, e defende a *noção da revolução*: a revolta é *pontual*, ela *muda detalhes* para *deixar tudo como está*; a revolução visa romper o modelo estrutural. Nalguns casos a *submissão se torna mérito* (Capitão-do-mato), e aquele que se sente explorado, roubado, desrespeitado é, no limite, o inimigo da ordem a ser combatido. Enfim, a liberdade limita a liberdade, e o homem *livre para revoltar-se* usa sua liberdade para existir *como submissão*.

Num lugar e tempo imaginários, *quem é pobre*, chora, é humilde ou tem fome e sede de pão, água e justiça, é o escolhido, e a ele caberá a recompensa; mas essa apenas chegará *um dia*, invariavelmente após a morte: *meu reino não é desse mundo*, teria dito Jesus. E embora não haja descrições pormenorizadas desse *Éden*, o fato é que o escravo apenas poderá buscar *ali* a justiça que lhe falta *agora*; e não há meio mais fácil de alcançá-lo, afinal o próprio *filho de Deus* foi obediente até sua *morte de cruz*. A possível realização do *homem impossível* se dará, certamente *nunca*, mas ainda em consideração daquilo que ele fez em vida. Nada mais natural que o escravo, que não foi colocado nessa situação senão por Deus, submeta-se e, assim, encontre graça aos olhos de seu criador e tenha, após sua morte, a recompensa que lhe é devida; e, note-se o teor sofisticado do argumento: o *sofrimento de uma vida inteira pode durar quarenta, cinquenta anos, mas a recompensa é eterna*. Ao senhor, por sua vez, caberá *ser bom e justo* com seus escravos; mas se isso significar que ele *deve* usar de violência, tudo bem: pior seria se ele não o fizesse, pois nesse panorama *ele poderia ser punido* por não ter *cumprido sua obrigação* (aquela mesma ideia, passada pela *Santa Inquisição*, de que *há homens* que são *responsáveis* por outros homens e por seu *futuro eterno*). Foi por isso, para *não ir ao inferno* e em nome de uma *bula*, que os senhores *autorizavam* seus capitães do mato a usar *instrumentos de captura e contenção* de homens: para o escravo, indígena ou negro, o *cristianismo* católico romano chegou através de correntes (gonilha, gargalheira), de troncos, do *vira-mundo*, das peias, dos cepos e *machos*.<sup>32</sup> Mas, claro, a pior algema ainda estava por vir: essa vida *sem o batismo* passou a significar *uma eternidade* num lugar de torturas muito piores, o *Inferno*. Que pode valer a brevidade de uma vida de escravo rebelde ante a eternidade de sofrimentos que aguarda aquele que se recusa a aceitar o lugar para o qual Deus o designou? Além do que, não se pode esquecer, o senhor também terá suas preocupações, *deverá sofrer as agruras* de ser responsável por todos seus escravos, de cuidar de tantos bens e, ainda por cima, *deverá também* ele servir a *seu senhor* (o Rei, que por sua vez, *obedece* ao Papa). A liberdade, absolutamente idealizada, passa a ser sinônimo de

<sup>30</sup> CAMUS, A. *L'homme Révolté*. Collection Folio Essais (15). Paris: Folio, 1985.

<sup>31</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 411-2.

<sup>32</sup> ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência no Brasil* 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.



servidão, pois essa pirâmide, que tem o escravo em sua base, apenas acabará em Deus: cada homem constitui *de fora* sua compreensão de humanidade e, assim, “ele toma o ponto de vista do Outro sobre a humanidade, isto é, o ponto de vista de Outro que não o homem, ou, ponto de vista de Deus”.<sup>33</sup> O homem *se vê pelos olhos do outro*, ele retira-se do plano de parte de uma totalidade destotalizada e passa a ser, ele mesmo, vetor de totalização; mas vetor *único* dessa totalização. É assim que cada homem se torna mantenedor e responsável pelo atual estado de coisas e, ao mesmo tempo, vítima de sua situação e das condições objetivas do mundo atual. A universalização do ponto de vista é mostrada por Sartre como o *engodo humano* por excelência: o homem *serve o mal* por sua escolha e *funda-o* *nalguma generalidade* fora do humano; por exemplo o brasileiro que *se diz honesto*, mas ao ser questionado sobre se *o brasileiro é honesto*, responde enfaticamente que não; do mesmo modo há muitas mulheres e homens que se julgam *libertários politicamente*, mas mantém sua *empregada doméstica*.

Passar do plano individual, onde a liberdade é *rara* (ou pode ser) mas *factual*, para o plano idealizado da liberdade inexistente, porém *absoluta*, faz com que cada homem e cada mulher *se retire* individual e unilateralmente da humanidade. A desumanização não é um processo que se dê *de fora*, como se fosse mero resultado da exploração social ou, mesmo, da violência (ainda que seja inegável a contribuição dessas *ferramentas*); *desumaniza-se* a partir da escolha, individual e *livre*, de colocar-se de um ponto de vista *externo* a si mesmo *como* homem livre porque escravizado. É assim que surgem ideias como cristianismo, marxismo e tantos outros ‘ismos’: para decifrar leis do *mundo sem o homem*, ou, mesmo, decifrar o homem *sem o homem*. Paradoxalmente, busca-se *fazê-lo saindo* ou, ao menos, tomando um ponto de vista *de fora* do mundo; esse *Outro*, a partir do qual cada homem pode ver o mundo *de fora* é, também, o mais evidente fator de determinação e de desumanização: “O Outro em mim é o Em-si-para-si. Nesse sentido (...) eu sou cúmplice do Outro porque eu sou em mim mesmo como Outro”<sup>34</sup> E, tanto na metade do século passado como hoje, pode-se indicar três aspectos desse *eu-outro* (*Moi-Autre*): o demônio que *me* possui, *minha* propriedade e *meu* destino. Assim, de boa ou má-fé, o homem torna-se seu carrasco, a um tempo vítima e algoz de si mesmo; esse *outro*, que nunca foi muito mais que *ele*, agiganta-se.<sup>35</sup>

Mas ainda que o processo de absolutização dessa *ideia* seja individual, é nas relações sociais, *em grupo*, que se dá sua naturalização; esse processo, que no fim é a *sacralização* da ideia, exige a passagem desse *eu-outro* a *Todos os Outros*: são *eles* em mim. O outro, enquanto *homem no mundo*, será objetivado; na contrapartida, algo como que uma *somatória* desses tantos homens e mulheres que fazem parte de *meu mundo* (não necessariamente aqueles com quem *convivo*) se desprende das existências individuais e concretas. “De sorte que a situação, aparecendo-me como ela aparece ao Outro, a uma estrutura de total objetividade. Tanto que o Outro em mim é o Outro *do* homem e, finalmente, Deus”.<sup>36</sup> A transcendência se constitui de pequenas partes de imanência quando essas, por sua *escolha*, decidem negar-se como imanência para que a transcendência se imponha; assim, esse *eu-outro* tudo pode, tudo sabe, tudo vê: nada escapa de seu *olhar*, pois até mesmo as coisas mais íntimas, mais escondidas, mais secretas são, na verdade, objeto de conhecimento imediato do *outro-em-mim*. A punição, assim como a distribuição de honrarias, tem em sociedade uma única e mesma fonte: a

<sup>33</sup> SARTRE, *Cahiers*, pp. 421-2.

<sup>34</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 423.

<sup>35</sup> O *existencialismo* não tem, nesse sentido, nenhum privilégio em relação aos *demais* movimentos filosóficos; assim como qualquer outro, é *um projeto humano* e, enquanto tal, *finito*. Também, como toda outra filosofia, *ele tematiza* o homem no mundo; mas há uma diferença importante: não se trata, como nos casos em pauta, de *buscar além do homem* (ou da consciência intencional) alguma estrutura ou força que *determinaria* o ser-humano-no-mundo. As ciências da alma buscam *dentro do homem* uma estrutura que o define *sem ele*, as ciências sociais alguma *força ou estrutura* que o modela de fora. As religiões, por sua vez, usam a liberdade *real* na constituição de *reinos imaginários*. O existencialismo (ateu) insiste em *voltar-se para a existência*, para o *homem-no-mundo* enquanto liberdade; não parece muito diferente, mas na verdade *muda muito* em relação à ética.

<sup>36</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 425.

ação individual humana, que nasce em cada um dos homens e, mesmo assim, escapa a seu estrito poder. Eis, ao ver de Sartre e contra o teísmo, o verdadeiro *Deus que atua na história*.

História, Natureza, Substância ou Deus são, no limite, ideias naturalizadas que passam do mero plano subjetivo a uma objetividade pétrea. O processo, embora possa parecer simples à primeira vista, é uma das mais elaboradas operações da criatividade humana, que tudo faz para apagar todos seus rastros, até mesmo os menores vestígios. Por exemplo, a noção de *natureza humana*: o homem faz escolhas, é evidente. Essas escolhas, por vezes acertadas, por vezes desastrosas são, aos poucos, *incorporadas* ao agir. E isso se dá individualmente: a criança *faz escolhas* e cada uma delas tem sua consequência; a relação com os outros (pais, professores, colegas etc.) em grande medida *constituirá* aquilo que esse indivíduo é no mundo, ou seja, *suas escolhas*. Mas muito rapidamente tudo o que essa criança escolher será reificado ante o olhar *desses outros* e, ao final, está estabelecida a *natureza particular* dessa criança. Outro tanto pode ser dito da *natureza* em geral: cada homem, individualmente, tem experiência de seu entorno e, claro, cada qual tem *suas* experiências. As relações em sociedade acabam por reunir parte dessas experiências (individuais) e, de sua *somatória* (processo totalmente arbitrário), estabelece o que é o *mundo natural*. É assim que o *natural* passa a *impor-se ao projeto* de ser individual:

Portanto, é necessário reconhecer que a destruição é essencialmente humana e é o *homem* que destrói suas cidades por meio dos sismos ou diretamente, destrói suas embarcações por meio dos ciclones ou diretamente. Ao mesmo tempo, porém, a destruição implica uma compreensão pré-judicativa do nada enquanto tal e uma conduta *diante* do nada. Além do que, a destruição, embora chegando ao ser pelo homem, é um *fato objetivo* e não um pensamento. A fragilidade está impressa no ser mesmo deste vaso, e sua destruição seria um fato irreversível e absoluto, que a mim só caberia comprovar.<sup>37</sup>

A assunção do *ser-outro-em-si-mesmo* exige, justamente, a assunção desse ponto de vista *geral*; e assim cada homem ou mulher passa a ser ao mesmo tempo guardião, propagador e criador daquilo que, ao final, pode ser considerada a *natureza*. E, se em virtude da contingência do ser algo fracassa, de imediato o homem, que objetivou e admitiu uma existência genérica (*natureza*) sente-se vitimado por ela. Mas afinal ele não seria vítima dele mesmo? No mesmo sentido, a história humana é a maneira escolhida para narrar a trajetória de um povo: salta aos olhos que a história dos judeus se confunde com sua história de salvação. Pouco importa que ela tenha sido *relida* pelo cristianismo com vistas a fundar a então seita iniciática; o fato é que a maneira pela qual a constituição e derrocada do povo judeu foi *vivida* pela maioria de seus membros tornou-se a *história da salvação da humanidade*. Digno de nota é que até mesmo as ações contrárias aos interesses dos judeus, como no caso em que o Faraó mesmo ante as pragas não os deixava partir, são creditadas ao mesmo princípio: *o Senhor endureceu o coração do Faraó*.<sup>38</sup> Não há dúvida que essa não foi, no primeiro momento, a experiência de todos os judeus: houve quem reclamasse de sua estada no deserto, quem quis voltar ao Egito para comer cebolas e, ademais, bastantes adoradores do Bezerro de Ouro ou Baal. Ainda assim, indiferentemente às ações em contrário, a marcha seguiu e, ao fim, a história da fuga dos judeus cativos no Egito é uma e a mesma. Pudera:

A história e os eventos históricos não apresentam jamais um sentido absoluto que seria transcendente ao relativo, mas, ao contrário, cada conjectura histórica é relativa e absoluta, é imanente ao relativo. O

<sup>37</sup> SARTRE, JP. *L'Être et le Néant – Essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard, 1943 (cito aqui a tradução de Paulo Perdigão, da 20ª edição, Petrópolis: Vozes, 2011, p. 49).

<sup>38</sup> BÍBLIA, op. cit., Ex 10:1-2.

absoluto não é o ponto de vista de Deus sobre a história, é a maneira pela qual cada homem e cada coletividade concreta vive sua história.<sup>39</sup>

A mistificação e constituição de absolutos não vai além de uma alternativa, que fatalmente vai *falhar*, de preencher a falta que o homem é; ou, o que daria no mesmo, trata-se da realização do desejo de ser Deus pela reificação das experiências, sempre individuais, numa espécie de *coletividade* que se faz *memória bastarda*. O ser humano é uma *aventura individual* que, *por razões práticas*, coletiviza-se; mas a coletivização é *contra* o indivíduo. Essa parece ser, em resumo, a trajetória que faz crer na existência *independente* de meros conceitos, como Substância, Natureza, Deus: são *aspectos* particulares que são universalizados e, ao fim, por uma engenhosa inversão de papéis, faz crer que o particular teria sua origem no universal. E se tal processo não parece evidente quando se trata de *conceitos*, no caso da ideia de Deus ele chega a ser óbvio: Deus tudo vê, tudo sabe, conhece cada um *em sua interioridade*; claro, Ele é *todos e cada um*, ele é esse *Outro* e, enfim, é *ninguém*. “É o olhar absoluto julgando o ato e remontando das consequências à intenção. O Humano é testemunho de cada homem; é Deus interiorizado”.<sup>40</sup> Porém, a *crença* nessa síntese do finito e do infinito não se faz sem contrapartida: em troca a subjetividade se aliena; a *humanidade* levanta-se como um conceito *transfinito*, isto é, aquele que reúne séries variadas, desconexas e, por vezes, contraditórias, numa unidade causal, racional e minimamente coerente. Assim o homem, livre, passa ao plano do determinismo, ou seja, de agente histórico passa a crer-se *determinado* historicamente.

A ação, sempre individual e intencional, mostra-se ineficaz quando o agente está convencido de que não é livre e que tudo que se passa ao seu redor foi previamente planejado por uma inteligência superior; é assim que o pecado original se torna o verdadeiro *motor da história*, afinal o homem fez desse *Outro* o absoluto com total prioridade ontológica. E, como ele apenas pode se ver *a partir do outro*, passa também ele a se ver como outro: “Desse ponto de vista a concepção teológica ou a concepção materialista não são mais que uma. A concepção materialista não é mais que a concepção teológica na qual Deus se tornou *Nós (On)*”.<sup>41</sup> O mesmo se aplica às demais *ideias* que, no início são erigidas a partir de liberdades individuais e, ao final, e graças ao esforço dispendido em esquecer suas origens, aparecem como que *eternas*. Um exemplo aparentemente banal (e, segundo Foucault, Sartre acabará sendo vítima dessa *banalidade*) é a ideia de homem:<sup>42</sup> até o século XVIII esse *universal* simplesmente não existia, e por certo, irá desaparecer. Mas a partir da estruturação do *cogito* como substância pensante, ainda que atrelado ao corpo (*res extensa*), tem-se a constituição de *uma ideia* que perpassa a experiência humana sem se reduzir a nenhuma em especial; *homens*, generalizando algumas experiências e, claro, a visão desse *Outro*, de fora (de aspectos *exteriores* ao ser) pretendem constituir o homem.

A criação do *mal* em oposição ao *bem* tem, assim, sua origem: esse *Outro*, que embora sendo *eu*, *ultrapassa-me infinitamente*, constituindo papéis sociais, regras, valores e decidindo, em suma, como deve ser cada detalhe de toda existência humana. O homem

<sup>39</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 437.

<sup>40</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 440.

<sup>41</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 444.

<sup>42</sup> Segundo Foucault, “antes do fim do século XVIII, o *homem* não existia. Não mais que a potência da vida, a fecundidade do trabalho ou a espessura histórica da linguagem. É uma criatura muito recente que a demiurgia do saber fabricou com suas mãos há menos de 200 anos: mas ele envelheceu tão depressa que facilmente se imaginou que ele esperara na sombra, durante milênios, o momento de iluminação em que seria enfim conhecido” (FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma T. Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 425). Ele tem razão, mas sua razão se estende ao *modelo de homem*, o homem, *cunhado* no século XVIII e que encontra seu termo no século XX; Sartre, por sua vez, também se posiciona contra esse *homem*, essa razão esvaziada, essa pretensão transcendental, *essa alma penada* que arrasta *seu velho navio*, ou *apenas o navio*, que *singra ao sabor das ondas*. Sartre pensará o homem como *liberdade*, enquanto tal, essa *negação do homem* se insere como *modelo proposto* pela liberdade que é Foucault, ainda que isso não se passe de modo tão pacífico como possa ter parecido, basta ver as declarações de ambos, conf. Foucault répond à Sartre (entretien avec J-P Elkabbach). *La Quinzaine Littéraire*, 46. 1er-15 mars 1968, p. 20-22.



é liberdade, donde o valor apenas o é porque é *vivido* como valor; mas isso se dá ao *homem* como se fosse *noutro* e, assim, gera-se a crença que o valor *está fora*. E, uma vez que Deus não é mais que *hipóstase humana*, é ao olhar humano que bem e mal se apresentam; mesmo assim ele nunca é somente bom ou ruim, cabendo o julgamento ao *olhar infinito* que, apesar de ser também ele *humano*, o é a partir do outro, fora de *meu* controle, na *eternidade*. Transcendente, Deus agora transmuta-se em juiz e, ora em diante, será *Ele* quem fará a justiça ou, ao menos, determinará o que justo: presente em cada homem e, decididamente, pensado *para além* do homem, Deus passa do subjetivo à objetividade. De criatura, Deus torna-se criador e fonte de tudo que há, Ele que é, ao fim e ao cabo, *causa sui* e pouco importa substituir essa noção por alguma outra, do tipo Espírito, humanidade, Natureza ou Sociedade. O esforço humano para apagar os rastros de constituição do transcendente deixa ainda mais evidente que não há mais que constituição: “O para-si não pode criar senão o não-para-si”,<sup>43</sup> donde Deus, *se existe não é necessário*, mas ainda assim é Deus. O paradoxal de ideia de Deus, assim como as demais *ideias* que congregam unidades numa existência *fora* da humana, está no fato de seu eterno jogo entre o que é necessário e contingente; ou, melhor, do *contingente* arrancar o necessário. Um exemplo banal da *Crítica*: uma fila de pessoas que esperam o ônibus.

Eis um agrupamento na Praça Saint-Germain; estão esperando o ônibus, no ponto, diante da igreja. Aqui, considero a palavra agrupamento no sentido neutro: trata-se de um ajuntamento a respeito do qual ainda não sei se é, como tal, o resultado inerte de atividades separadas, ou uma realidade comum que dirige como tal os atos de cada um, ou uma organização convencional ou contratual”.<sup>44</sup>

Não há nenhuma *necessidade* no ser dessa fila, nenhuma existência independente e, no entanto, se ela comportar de início vinte pessoas e duas desistirem de pegar o ônibus, a fila continua *sendo o que é*, e, se os desistentes ocupassem os primeiro e segundo lugares, com sua saída aquele que estava em terceiro passaria a primeiro, o quarto tornar-se-ia o segundo e, assim, consecutivamente; mas a *fila* permanece a mesma. O ajuntamento humano é *mais* que cada indivíduo que aguarda o ônibus, embora tal ajuntamento somente exista em função daqueles que ali estão: é claro que são *os homens* que fazem a fila, mas aparentemente eles são *feitos* por ela.

Assim, se o para-si fosse Deus e pudesse se produzir no Ser (...) ou, se se quer, produzir o Ser fundando-se, o Ser, enquanto fundado, deveria necessariamente ser outro que o fundante. (...) Deus, criando-se, não pode senão se criar como ser-outro. Se a estrutura do fundamento é de ser-para-fundar, a estrutura do fundado é de ser (...) distinta do fundamento. (...) Tal é o sentido profundo da Criação nos mitos teológicos: Deus se cria em face de si como mundo, isto é, na dimensão do Outro, na dimensão do Ser.<sup>45</sup>

O fundamento está sempre *noutro* lugar e, com isso, mais que mostrar que Deus somente poderia existir caso não fosse necessário, Sartre mostra que a aparente *necessidade* de toda estrutura está, invariavelmente, calcada na absoluta e irrestrita gratuidade humana.

O homem cria Deus que, por sua vez, criou o mundo e o homem; Sartre fala do artista, e de sua relação com a própria obra, comparando-a com a *criação* divina: a perpétua apresentação de um mundo *fundado* na liberdade. Mas Deus, além de não poder *necessariamente existir*, se existisse não seria livre: a liberdade exige que *um nada* deslize na superfície do ser, como aquilo que impede que tal ser seja, positivamente, o que é; assim, “A obra de arte é *símbolo* da criação. Mas se Deus está morto, isso que era símbolo da

<sup>43</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 456.

<sup>44</sup> SARTRE, *Crítica* op. cit., p. 361.

<sup>45</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 456.



criação torna-se, *por sua vez*, criação pura e indicativo que *poderia existir*.<sup>46</sup> O homem cria, não há dúvida; mas, diferentemente de Deus, que cria (e *se* cria) a partir do nada, ele o faz pela negação do ser. Isso acarreta duas características intransponíveis da obra humana: assunção da contingência do Ser; anulação do humano para que sua criação sobressaia. É por isso que, independentemente da empresa à qual o homem se dedique, mesmo que seja um *objetivo absoluto da condição humana* (salvar o mundo, fazer da liberdade seu fundamento ou retomar para si a criação para fazer da liberdade seu princípio), ele apenas poderá fazê-lo a partir da negação do Ser. Não é estranho que, nesse panorama Sartre, nas anotações que fez relativas aos *Planos de uma moral ontológica*, refira-se a Deus como “*Outro absoluto ou princípio do sistema que afirma a prioridade do Outro*”.<sup>47</sup> ocorre que o Deus que Nietzsche afirmou que matara, ou que o *matamos*, sequer atingiu a figura simbólica desse *divino* visado por Sartre.<sup>48</sup> Mas uma moral ontológica exige mais, exige matar o *Deus que vive em cada homem e mulher*, que se constitui na relação entre *pais e filhos*, ou entre crianças e adultos (escolha original); dito de outra maneira, o homem se anulou para afirmar Deus e, quando se rebelou, no intuito de recuperar-se a si mesmo, ele o fez *contra* um simulacro do divino. Matar Deus exige mais, exige que *Ele*, o grande Outro, *seja extirpado* de dentro de cada existência; doutro modo o que se tem é a perpétua repetição do mesmo pois, se é verdade que o homem cria pela negação do Ser, negar *Deus não é mais que afirmá-lo*; e a história o mostra a contento: a religião perde seu espaço para a fé na Ciência, no Comunismo, na Justiça ou no Mercado. “Esses são os limites do homem: o Deus que ele concebe criaria isso que não é”.<sup>49</sup> Na ontologia Sartre indica a possibilidade de que o Ser tenha *se sacrificado em para-si* com vistas ao fundamento; agora, nota-se que o caminho inverso é equivalente: o homem, ou melhor, o ser-para-si *se perde* como *si* para cooperar na constituição *do Ser* que é trazido ao mundo. Enfim, visando *nada ser* o homem faz com que o Ser *exista*, venha ao mundo: trata-se do inverso da *causa sui*, do homem que se perde enquanto finitude para que nasça o infinito; ou, para que o Ser-Total prevaleça. Tudo que há, houve ou pode haver é mundo, e seus *produtores* são duas, e somente duas modalidades do ser: em-si e para-si; mais, o em-si, enquanto absoluta positividade, não pode *promover* relações de nenhum tipo (nem mesmo sofrê-las). Ora, resta ao para-si, *ao homem*, o papel de *promotor do nada no coração do ser*, homem que como seus deuses *faz* seu mundo. E seus deuses. Assim, a ideia de Deus pode até morrer; mas *rei morto*, *rei posto*. De imediato ela é substituída por alguma outra noção que, *mutatis mutandis*, cumprirá o mesmo papel. Ser homem é, negativamente, *trazer o ser ao mundo*, donde que a impossível realização do ser-em-si-para-si ao longo da história tenha dado à luz esse *Outro*, dê-se lhe o nome que quiser.

O modelo ontológico, de dois seres em perpétua relação negativa unilateral (em-si negado pelo para-si), justifica seu movimento pela tentativa irrealizável do *ser-para-si* de realizar-se como *ser-em-si-para-si*. Mas esse modelo carece ainda de um complicador: o ser-para-outro. É justamente a relação ao outro o embrião de toda superestrutura, de tudo aquilo que possa alcançar o *efetivo* e *rarefeito* plano da transcendência. Ou, como afirma Sartre,

essa associação criadora do Ser e de mim mesmo deve necessariamente acabar numa relação a Outro. O Para-si é Deus naquilo que ele decide que o Ser tem um sentido, o Ser terá, *para o Para-si*, um sentido. Mas

<sup>46</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 462.

<sup>47</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 485.

<sup>48</sup> “Deus está morto! Deus permanece morto! E quem o matou fomos nós! Como haveremos de nos consolar, nós os algozes dos algozes? O que o mundo possuiu, até agora, de mais sagrado e mais poderoso sucumbiu exangue aos golpes das nossas lâminas. Quem nos limpará desse sangue? Qual a água que nos lavará? Que solenidades de desagravo, que jogos sagrados haveremos de inventar? A grandiosidade deste ato não será demasiada para nós? Não teremos de nos tornar nós próprios deuses, para parecermos apenas dignos dele? Nunca existiu ato mais grandioso, e, quem quer que nasça depois de nós, passará a fazer parte, mercê deste ato, de uma história superior a toda a história até hoje!” (NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo C. de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2004, §125).

<sup>49</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 501.

como o Para-si é um absoluto-sujeito, o Ser terá um sentido absolutamente. Princípio: o absoluto é sujeito porque apenas a recuperação (tética ou não tética) impede o Ser de se abrir sobre o Nada.<sup>50</sup>

Deus, Substância, Natureza, Humanidade e toda a sorte de *ideias*, no sentido preciso de existências que nascem da negação humana e *magicamente* voltam como determinantes do homem, levam em si a marca dessa que pode ser a mais fundamental (e desprezada) característica da condição humana: *absoluta necessidade de sentido na absoluta contingência de ser*. Negar o ser é, no ambiente da ontologia, *levar o nada ao ser*: é desse modo o homem constitui o sentido *de ser*, jamais *o ser ele mesmo*.

E, ao que parece, é justamente por isso que a moral, embora absolutamente necessária, seja de todo irrealizável: ela recai na ilusão, absolutamente *natural* e *necessária* (considerando-se que ser-para-si é, ontologicamente, *falta de ser*) de, do plano da *finitude*, realizar o *infinito*, o Ser, o absoluto. Assim,

A moral, liberando o Para-si da alienação (...), dá à consciência sua existência de *absoluto*. Isso, que impede de captar a clareza do raciocínio, é que Deus não desocupou o espaço. Ele está sempre nas consciências: é o ponto de vista de Deus que se olha quando se pensa que nossa captação do Ser permanece relativa à nossa finitude. Se Deus não existe, nós estamos sós para decidir o sentido do Ser.<sup>51</sup>

O sentido do ser, do mundo, das *leis naturais* e de outras construções humanas, como a *razão*, a alma etc., não podem *ir além* de uma invenção, espera ou desejo humanos. A fragilidade da responsabilidade pela escolha, a má-fé em negar aquilo que, no instante anterior, foi *escolhido* dentre tantas outras *fugas*, reafirma o ponto de vista divino, tomado desde a finitude: o assassino que pede perdão porque se arrependeu não devolve a vida àquele que matou. Mas, do ponto de vista *divino*, aquele da *totalidade*, essa morte pode ser perdoável; parece evidente que o perdão, enquanto valor, é um bom exemplo da má-fé travestida de *justiça*. Do ponto de vista divino tomado pelo homem em sua humanidade tem-se a criação da lei e, no mesmo ato, sua *flexibilização* em apanágios do tipo *carne fraca*, *pecado original* ou, mesmo, *humanidade*; o homem medieval, desesperado entre o Céu e o Inferno, seus destinos certos no post-mortem, *inventa* o Purgatório. Por que o homem tem *em si mesmo* seu inimigo?

Noutros termos, quem afinal promove a *fratura do homem social*, ou seja, quem decide arbitrariamente dentre os fenômenos *naturais* (agressividade ou empatia, por exemplo) aqueles que são aceitáveis e adequados à humanidade, e aqueles que deverão ser *combatidos*, *aprimados*, *escravizados* ou *mortos*? Quisera a humanidade que Deus fizesse justiça, *mas Ele não existe* fenomenologicamente como *agente* da história; seria, no máximo, *um expectador* impotente. E, como Deus não age, restamos nós, sós: é evidente que o homem é aquele que cria valores, mas quais homens? Chega-se, enfim, ao enigma da história, *feita por homens que não se reconhecem nela*. O processo social é justamente o processo de apropriação de liberdades em vista de promover a dominação, a escravização, a violência. Breve, quem determina o que vale, o que pode ou não ser aceito não é outro que o homem que se coloca do ponto de vista divino; “Tenta-se então colocar-se na universalidade, isto é, na ausência total de ponto de vista ou no ponto de vista de Deus”.<sup>52</sup> E não é justamente isso que se pode dizer de moralistas geniais, como Kant? Que é o imperativo categórico senão o mundo visto *do ponto de vista* divino? E, se toda ação deverá ser julgada como se ela *fosse vista por todos*, quem seriam todos senão o olhar individual que *me cerca* e, não raro, *denuncia-me* e, no limite, *pune*? Não cabe pensar isso tendo em mente apenas o sentido *religioso* da remissão ao infinito: combater um

<sup>50</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 502.

<sup>51</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 502.

<sup>52</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 505.

*cristianismo meio morto*, como diz Sartre, é fácil. Difícil é rastrear e fazer ver que há muito essa névoa transcendente se perdeu, e mascarada sob o *esclarecimento* do combate à ignorância supersticiosa das religiões, o homem moderno mantém o mesmo *modus operandi* de antes: o *ponto de vista divino*. O pesquisador de ciência da saúde pretende controlar a vida em seu laboratório e ensina anatomia como a *verdade* do que é o ser humano; esse ponto de vista lhe permite determinar o que é *natural* e o que seriam *aberrações*. A nascente sociologia, quando leva a termo um trabalho de clarificação de um *fato social* (*fenômeno* ou *acontecimento*), acreditou apresentar *resultados isentos*, que se desprendiam dos dados coletados e analisados; assim, ela pode *julgar o nível de consciência* de um grupo nalgum evento social relevante e, destarte, fazer ver o que o *grupo mesmo*, teoricamente, *não sabia*. Há *universal* no mundo (a *matemática*, essa genial *criação humana*, está repleta de *demonstrações* do infinito), isso não se nega; mas ele apenas o será enquanto *vivido historicamente*. E, *enquanto vivido situado*, ele é partilhado tanto por *homens comuns* (*normais*, ou *inadaptados*, *doentes*, *loucos* ou *alienados*) quanto pelos *especialistas*. Mesmo essa noção, de *homem comum*, advém do fato de que o *filósofo*, *sábio*, *intelectual* ou *cientista* se colocam *do ponto de vista divino*. Da história, de *dentro* de uma sociedade com valores já estabelecidos, alguns homens (como *homens mais do que homens*, apontados por Descartes),<sup>53</sup> arrogam-se a prerrogativa de um ponto de vista mais amplo e, assim, decidem livremente e *em nome de todos* o que é o valor, cabendo a todos os demais *aceder* ao que foi construído, *assentir* em encarná-lo em sua existência.

Apesar da aparente obviedade dessa análise ela é o estofado para, no momento seguinte, compreender a função que tem a ideia de um Deus como sustentáculo dos valores sociais: a *alegria* da consciência em *ser o que é* (inadequação a si, abertura, movimento, fonte de possibilidades etc.) é imediatamente tolhida pelo *realismo*, para o qual ela não passaria de *passividade contemplativa epifenomenal*; mas o mesmo se dá no *idealismo*, que substitui essa alegria pela *pura relatividade* tanto da consciência quanto do mundo. “O elemento comum aos dois é que a relação constatada pela consciência é dada de fora dela (seja por Deus, seja por uma atividade transcendental que torna a consciência possível, mas que não é ela)”.<sup>54</sup> A reviravolta torna-se evidente: parte-se de um princípio como abertura e, por um desvio já imemorial, opta-se pela mera inversão entre os meios e os fins. A consciência absoluta, *última*, ocupa a *primeira* posição na instituição dos valores mundanos concretos; e, ao longo de séculos, talvez milênios, muitos homens de *boa consciência* não mediram esforços para reafirmar uma falácia que, apesar de todo o aparato das filosofias transcendentes, nunca resistiu à mera necessidade fática de beber água (não há dicção absoluta ou *epoché fenomenológica* que mate a sede, por exemplo); ou outros homens, igualmente brilhantes que, apesar de todas suas investidas *realistas*, nunca puderam avançar um passo para mostrar que o *vermelho que vejo* não é diferente daquele que *outro homem vê*.

A inversão entre liberdade e determinação, premeditada ou não, arquitetada por mentes doentias ou mero fracasso de *ser humano no mundo*, apresenta sua face mais *cruel*: ela apagou seus rastros. O resultado é que um homem qualquer, que defenda um valor qualquer, *jamaiz* partirá do argumento mais honesto: *é assim porque assim eu quero e faço*. Sempre haverá uma instância que, *de fora*, justificará sua escolha: foi Deus, o cientista, o líder religioso ou político, ou qualquer outra figura que possa tomar o ponto de vista absoluto e, dele, dizer aquilo que *eu* escolho. Notória, por exemplo, a alternância *científica* sobre as propriedades dos alimentos, ora boas, ora ruins para a saúde; e, pior, isso se aplica a praticamente todos os planos da vida pública. Pergunte-se, por exemplo, sobre a *escolha* das mulheres ocidentais por cirurgias plásticas ou daquelas muçulmanas de usar uma burca:<sup>55</sup> seja devido ao *olhar indiscreto masculino*, seja por razões *estéticas*,

<sup>53</sup> DESCARTES, R. *Discurso do Método & Meditações Metafísicas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973, pp. 37-8. (Coleção Os Pensadores).

<sup>54</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 512.

<sup>55</sup> Ver LE MONDE. *Voile intégral: une loi difficilement applicable*. 3 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr/>>. Acesso em: 17 set. 2019; e LE HUFFPOST. *Chirurgie esthétique: la beauté changera votre vie*. 31 maio 2013. Disponível em: <<http://www.huffingtonpost.fr/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.



o fato é que uma decisão é tomada em função da Ciência, outra em função de Deus. Ou, o que daria no mesmo, a consciência que julga o corpo feminino em seu mostrar-se, como mostrar-se ou esconder-se está *noutro lugar*, está fora (e *jamaís* na mulher que escolhe). De imediato virá alguma consciência, que também do ponto de vista divino, responderá que esse não é um bom exemplo na medida em que a mulher é, socialmente, *subjugada* pelo homem. É verdade, mas não se trata de mero sexismo: estranha condição humana que, ao que parece, exige sair do plano humano para mais bem entender o que seja *humanidade*. Mas o *êxtase da absoluta criação divina* nasce da *humildade de uma consciência finita*; ou, “Deus perfeito, criando o melhor dos mundos *possíveis* e o povoando de criaturas imperfeitas à sua imagem, criadas *abaixo-de-sí*”.<sup>56</sup> Daí em diante, e por uma ordem divina, caberá ao homem a *criação* do mundo:<sup>57</sup> ele nomeará animais e plantas, relevos e imagens, determinando para cada uma delas seu *lugar* na organização geral; assim como se passa com a razão kantiana, que em sua arquitetônica encontra até lugar para a metafísica, o *ponto de vista divino* servirá para arranjar cada coisa em seu lugar, para criar os fundamentos de tudo que pode vir a ser, para qualificar, *valorar* enfim. Mas a reviravolta não tarda, e por um engenhoso processo de universalização “O homem por ele mesmo e sem a graça é nada, apenas capaz do erro e do mal. Sua liberdade é aderir a isso que é”.<sup>58</sup> O espírito de seriedade, que é desde sempre maniqueísta, separa o que é (ou pode ser) em dois reinos: *bem e mal*, na sua mais aurífera pureza, apresentam-se como fonte e sustentáculo do mundo.

O recurso a Deus já cumpriu seu papel. A invenção de *Deus*, ou a criação dessa densa cortina de fumaça que em sociedade impede absolutamente de ver que o homem é de fato seu criador, pouco a pouco perde sua força. É verdade que existem rincões (ou mesmo *regiões* do mundo) em que essa ideia não perdeu seu poder; mas aqueles que, como a maior parte do ocidente, já experimentaram a *misericórdia* do Deus cristão e desconfiam de suas intenções, não ficarão órfãos: a genialidade humana criará, sempre e para todos os níveis sociais, culturais ou econômicos, uma alternativa. Nota-se que nos países capitalistas menos desenvolvidos o *olhar divino* das religiões ainda faz seus estragos; mas se isso não é suficiente, pode-se falar de *natureza humana*, e muitos se darão por satisfeitos. Caso isso ainda não seja convincente, pode-se recorrer ao plano mais geral da ciência ou, ainda, aos intrincados raciocínios filosóficos. Nalgum *Deus* está (e pode ser encontrado) o *lugar* mais adequado para *depositar o fardo de sua existência*; de novo a má-fé insiste em ser o modo humano mais próprio de ser-no-mundo. Ou, “a reflexão cúmplice encontrou um novo meio de mascarar a atividade criadora: ela fez o homem se mover num *já-criado*. Ela assimila *ser* e *ser-criado* (por Deus)”.<sup>59</sup>

A força de uma voz que prega no deserto terá, pelas próprias circunstâncias, seu apelo minimizado; mas se essa voz, mesmo que sem expressão significativa, *falar em nome de Deus* (que seja uma sarça ardente), ela poderá alcançar toda a humanidade. O homem é, assim, aquele que procura uma voz *no deserto* que lhe diga o *que fazer*. Isso permite retomar a pergunta inicial: o *que busca o homem inventando seu Deus criador?* Livrar-se da incômoda posição de ser ele *seu criador*, depois, criador do mundo e, por fim, de Deus; livrar-se da responsabilidade de *ser o que é*, livrar-se de suas escolhas. No limite, livrar-se da própria noção de que o Deus que ele mesmo criou representa o *bem*, mesmo que o faça a partir das histórias *mais bizarras*.<sup>60</sup> Nesse contexto Deus pode ser visto como resultado da má-fé, inerente à condição humana; ou melhor, nosso mundo “sendo contingente por natureza, não pode ser senão objeto de uma decisão contingente”,<sup>61</sup> e Deus é necessário *desde a intenção expressa* da má-fé humana. Mas Ele, se existe, não poderia ser necessário

<sup>56</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 514.

<sup>57</sup> BÍBLIA, op. cit., Gn 9:1-3.

<sup>58</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 526.

<sup>59</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 530.

<sup>60</sup> Deus teria se *duplicado* e enviado parte de si para, permanecendo Deus, *ser homem* na Terra e, após uma experiência deveras *dura*, redimir a humanidade pela crucifixão desse *homem-deus*. Ver FREUD, S. *O futuro de uma ilusão* e *O mal-estar na civilização*. Tradução de José O. de A. Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

<sup>61</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 532.



ou, o que significa o mesmo, Deus, *porque não existe*, é necessário; e pouco importa que a primeira iniciativa humana tenha sido a de constituir um ser onde *hispostasiar* sua falta de ser: a sequência de movimentos de sobreposições *do que é o homem* na ciência ou natureza (ainda *próximo* de Deus), que se torna *sociedade* ou, ainda, *história* e, mesmo, *linguagem*, repete uma estrutura decorrente de ser-para-si. Numa palavra, é preciso encontrar outro lugar para *descansar o fardo* de ser liberdade. Deus, não necessário, passa a ser a *necessidade*; ou, “Assim, não é do nada que Deus se arranca: é da contingência. Deus é, nele mesmo, como devendo ser necessário. Isso pode-se exprimir de outro modo: a pequena fissura que nós constatamos no *Ens-causa-sui* é um nada de ser. Mas esse nada de ser deve *ser sido*, isto é, ele deve elevar-se sobre um fundo de ser”.<sup>62</sup> O homem, *Deus faltado*, elege o *demoníaco* naquilo que resulta de sua criação, escolhe *seu Diabo* e o nutre, divulga, combate; de um lado a ciência suplanta Deus, mas não sem antes tornar-se o *cânon* que pode classificar e explicar a *verdade*; qual é a vantagem? Nunca se tratou de *Deus* mesmo, naquilo que *poderia ser uma doutrina*: a história da salvação é, em grande medida, a história do processo para *apagar rastros* de que o homem, porque ontologicamente *pretende ser o fundamento do fundamento*, ante sua impossível realização, criou Deus; ou mesmo, pode-se dizer que a instauração da sociedade humana tem sua origem mais remota não num ato de fé, mas num *ato de má-fé*.

### Bibliografia

- ANTONIL, A. J. *Cultura e opulência no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
- BÍBLIA SAGRADA. Edição Pastoral. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulinas, 1993.
- CAMUS, A. *L'homme Révolté*. Collection Folio Essais (15). Paris: Folio, 1985.
- DESCARTES, R. *Discurso do Método & Meditações Metafísicas*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma T. Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, M. Foucault répond à Sartre (entretien avec J-P Elkabbach). *La Quinzaine Littéraire*, 46. 1er-15 mars 1968, p. 20-22.
- FREUD, S. *O futuro de uma ilusão e O mal-estar na civilização*. Tradução de José O. de A. Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- IBGE. *Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros*. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 9 jul. 2019.
- LE HUFFPOST. *Chirurgie esthétique: la beauté changera votre vie*. 31 maio 2013. Disponível em: <<http://www.huffingtonpost.fr>>. Acesso em: 13 ago. 2019.
- LE MONDE. *Voile intégral: une loi difficilement applicable*. 3 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.lemonde.fr/>>. Acesso em: 17 set. 2019.
- MARX, K. *O dezoito Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2006.
- MAXWELL, J. F. *The Catholic Church and Slavery*. London: Barry-Rose, 1975.
- MONTAIGNE, M. de. *Os ensaios - Livro II*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- NIETZSCHE, F. *A Gaia Ciência*. Tradução de Paulo C. de Souza. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- SARAMAGO, J. *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SARTRE, J-P. *Cahiers pour une morale*. Paris: Gallimard, 1983.
- SARTRE, JP. *Critique de la raison dialectique*. Paris: Gallimard, 1960 (cito aqui a tradução de Guilherme J. de F. Teixeira, na edição da DP&A, Rio de Janeiro, 2002).
- SARTRE, J-P. *Huis clos*. Paris: Gallimard, 1947.
- SARTRE, J-P. *La Liberté Cartésienne*. Situations I. Paris: Gallimard, 1947.
- SARTRE, J-P. *Les mains sales*. Paris: Folio, 2004.
- SARTRE, JP. *L'Être et le Néant - Essai d'ontologie phénoménologique*. Paris: Gallimard, 1943 (cito aqui a tradução de Paulo Perdígão, da 20ª edição, Petrópolis: Vozes, 2011).

<sup>62</sup> SARTRE, *Cahiers*, p. 535.

SARTRE, J-P. *L'existentialisme est un humanisme*. Paris: Nagel, 1970.

SARTRE, J-P. *On a raison de se révolter*. Paris: Gallimard, 1974.

SENTENÇA. 1792. Disponível em: <<http://www.grupoinconfidencia.org.br/>>. Acesso em: 20 jul 2021.

---

Doutor em Filosofia (UFSCar, 2006)  
Professor do Departamento de Filosofia (ICH/UFJF)  
E-mail: [donizetti.silva@ufjf.br](mailto:donizetti.silva@ufjf.br)